Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

f.lopes

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Cumprindo às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (IFRS) e com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Finalmente, a administração da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados, em especial aos funcionários, pela dedicação e esforços empreendidos.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31.12.23	31.12.22
Ativo circulante		**471.964**	**326.447**
Caixa e equivalentes de caixa	4	59.121	56.844
Contas a receber	5	173.389	113.429
Créditos com partes relacionadas	21	477	3.233
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	6	17.797	14.487
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	24.092	18.600
Despesas antecipadas	8	196.299	118.635
Instrumentos financeiros derivativos		229	-
Outros ativos		560	1.219
Ativo não circulante		**15.347**	**15.616**
Realizável a longo prazo		**607**	**495**
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7	45	244
Despesas antecipadas	8	546	251
Outros ativos		16	-
Imobilizado	9	14.369	14.673
Intangível		371	448
TOTAL DO ATIVO		**487.311**	**342.063**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.12.23	31.12.22
Passivo circulante		**465.918**	**334.720**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	10	17.841	13.866
Fornecedores	11	222.188	159.155
Impostos, taxas e contribuições a recolher	12	26.488	15.092
Arrendamentos	13	11.848	17.194
Receitas diferidas	14	184.574	128.522
Obrigações com partes relacionadas	21	262	23
Outros passivos		2.717	868
Passivo não circulante		**4.122**	**2.659**
Pessoal, encargos e benefícios sociais	10	118	304
Arrendamentos	13	1.745	2.205
Receitas diferidas	14	2.243	63
Outros passivos		16	87
TOTAL DO PASSIVO		**470.040**	**337.379**
Patrimônio líquido		**17.271**	**4.684**
Capital social	15	104.000	104.000
Capital social a integralizar	15	-	(20.000)
Reserva de capital	15	(3.109)	-
Prejuízos acumulados		(83.620)	(79.316)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**487.311**	**342.063**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	16	**969.827**	**645.204**
Custos dos serviços prestados	17	(933.494)	(650.304)
Lucro (prejuízo) bruto		**36.333**	**(5.100)**
Despesas operacionais		**(47.615)**	**(51.790)**
Despesas com comercialização	17	(32.854)	(34.936)
Despesas gerais e administrativas	17	(9.710)	(12.560)
Outras despesas, líquidas		(5.051)	(4.294)
Prejuízo operacional		**(11.282)**	**(56.890)**
Resultado financeiro, líquido	18	6.868	4.718
Prejuízo antes dos tributos		**(4.414)**	**(52.172)**
Imposto de renda e contribuição social	6.c	-	(3.020)
Prejuízo do exercício		**(4.414)**	**(55.192)**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Prejuízo do exercício		**(4.414)**	**(55.192)**
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego e outros benefícios	20	110	(78)
Resultado abrangente do exercício		**(4.304)**	**(55.270)**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
Prejuízo antes dos tributos		**(4.414)**	**(52.172)**
Ajustes de:			
Depreciações e amortizações	17	13.629	10.367
Perdas estimadas para a redução ao valor recuperável das contas a receber	17	8.793	15.205
Mudanças em provisões passivas (fornecedores)		(22.250)	37.611
Planos de previdência e outros benefícios pós emprego	20	23	2
Variações monetárias de ativos e passivos		120	-
Despesas de juros e variação cambial com instrumentos financeiros derivativos	18	(229)	-
Despesas de juros com arrendamentos	13	714	2.648
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(68.753)	(89.387)
Tributos a recuperar		(8.604)	(28.940)
Despesas antecipadas e outros ativos		37.070	(53.354)
Pessoal, encargos e benefícios sociais		3.789	5.708
Fornecedores		(29.474)	12.127
Impostos, taxas e contribuições		11.395	21.429
Receitas diferidas e outros passivos		60.320	122.451
		6.543	**55.867**
Caixa líquido gerado pelas operações		**2.129**	**3.695**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(17.352)
Pagamento de juros sobre arrendamentos	13	(31)	(338)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**2.098**	**(13.995)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado e intangível		(7.747)	(2.397)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(7.747)**	**(2.397)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de capital, pela alienação de participação societária (1)	15	20.000	31.000
Pagamentos de arrendamentos - principal	13	(12.074)	(538)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**7.926**	**30.462**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**2.277**	**14.070**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**56.844**	**42.774**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**59.121**	**56.844**

(1) Os saldos comparativos foram reclassificados de atividades de investimentos para melhor apresentação considerando a natureza da transação.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**104.000**	**(51.000)**	**-**	**(24.046)**	**28.954**
Aporte de Capital à vista pela TC&CT em 31.01.2022	15	-	31.000	-	-	31.000
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego e outros benefícios	20	-	-	-	(78)	(78)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(55.192)	(55.192)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**104.000**	**(20.000)**	**-**	**(79.316)**	**4.684**
Aporte de Capital à vista pela TC&CT em 31.01.2023	15	-	20.000	-	-	20.000
Reserva de capital, após a integralização total do capital social	15	-	-	(3.109)	-	(3.109)
Outros resultados abrangentes - planos de benefícios pós-emprego e outros benefícios	20	-	-	-	110	110
Prejuízo do exercício		-	-	-	(4.414)	(4.414)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**104.000**	**-**	**(3.109)**	**(83.620)**	**17.271**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia" ou "CloudCo"), com sede na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 1690, na cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, Brasil, tendo como principais atividades a exploração de soluções integradas, planejamento, gestão, consultoria, *outsourcing*; gerenciamento e a prestação de serviços de reparação, manutenção, assistência técnica e suporte técnico em equipamentos de rede, informática e tecnologia da informação e comunicação, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia era controlada pela Telefônica Brasil S.A. ("TBrasil"), com 50,01% de seu capital social e pela Telefónica Cybersecurity & Cloud Tech, S.L. ("TC&CT"), com 49,99% de seu capital social.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

b) Bases de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses (ciclo operacional normal). Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme o pronunciamento técnico CPC 03 e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A aprovação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de Diretoria realizada em XX de XXXXXX de 2024.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R$).

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

As seguintes alterações de normas contábeis foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: (i) CPC 26 (R1) - Divulgação de políticas contábeis; (ii) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; e (iii) CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. A adoção das alterações destas normas contábeis, não tiveram impactos materiais para a Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

A seguir, apresentamos as políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia.

a) Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações.

b) Contas a receber

São ativos financeiros mensurados, no momento inicial pelo valor justo e subsequentemente, pelo custo amortizado e estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável.

A Companhia mensura a provisão para perda estimada para redução ao valor recuperável em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

c) Imposto de renda e contribuição social

c.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários são mensurados ao valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

c.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Tributos diferidos ativos e passivos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram reconhecidos créditos fiscais diferidos (IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa) pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o montante não reconhecido era de R$9.317, pois não era provável a existência de lucros tributáveis futuros disponíveis para utilizar os benefícios destes créditos.

d) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável.

Os custos do ativo imobilizado são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específicas. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

e) Arrendamentos (Direito de uso)

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme permitido pelo CPC 6. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

A Companhia atua como arrendatária em contratos de imóveis.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem substancialmente pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, pela rescisão do contrato de arrendamento.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

O valor presente dos contratos de arrendamento é mensurado descontando os fluxos de pagamentos futuros fixos, os quais não incluem a inflação projetada, pelas taxas de juros de mercado, estimadas com *spread* de risco intrínseco da Companhia.

As curvas de desconto utilizadas são construídas com base em dados observáveis. As taxas de juros de mercado são extraídas da B3 e o spread de risco da Companhia é estimado a partir de títulos de dívida emitidos por empresas com grau de risco comparável. Dessa forma, a curva final de desconto reflete de forma fidedigna a taxa de juros incremental de empréstimo da Companhia.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição/formação no momento do seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

A Companhia possui apenas ativos intangíveis com vida útil definida, que são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

O intangível da Companhia é composto por direitos de uso de *software*, que são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear (20% a.a.).

As movimentações em 2023 e 2022, foram: (i) em 2023, ingressos de R$34 e amortizações de R$111 e; (ii) em 2022, ingressos de R$364 e amortizações de R$80.

g) Pessoal, encargos e benefícios sociais

Os salários, remunerações e participação nos resultados são negociados em acordos coletivos de trabalho, sendo adicionados os encargos e contribuições sociais correspondentes e apropriados pelo regime de competência. O programa de participação nos resultados para os empregados é baseado em metas operacionais e financeiras da Companhia, sendo reconhecida uma provisão quando forem satisfeitas as premissas para sua contabilização.

Os custos e despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais são contabilizados como custo dos serviços prestados, despesas comerciais ou despesas gerais e administrativas (nota 17).

h) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

i) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada provisão.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não estava envolvida em processos judiciais.

j) Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços relacionados às suas atividades operacionais descritas na nota 1. As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando (ou assim que) a obrigação junto aos clientes for satisfeita. As receitas estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, incidentes sobre elas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: Imposto sobre Serviço Prestado ("ISS") às alíquotas vigentes em cada município e à tributação pelo Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS").

k) Receitas (despesas) financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

l) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina individualmente fundos de pensão de benefícios pós-emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex-empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Passivos relacionados aos planos definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as reservas são suficientes para garantir os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal - NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado para lucros acumulados no patrimônio líquido.

A Companhia administra e patrocina, individualmente, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento à Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo.

m) Instrumentos financeiros

m.1) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme a situação.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros a custo amortizado; e (iii) ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de cada instrumento financeiro.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros derivativos e créditos com partes relacionadas.

m.2) Passivos financeiros

No reconhecimento inicial, um passivo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) a custo amortizado; ou (iii) derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, arrendamentos e obrigações com partes relacionadas.

m.3) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da melhor utilização possível do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo da melhor forma possível.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de insumos observáveis relevantes e minimizando o uso de insumos não observáveis.

n) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da Administração da Companhia na aplicação das suas políticas contábeis. Essas estimativas são baseadas na experiência, melhor conhecimento, informações disponíveis na data do encerramento do exercício social e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são descritas a seguir:

n.1) Perda estimada para redução ao valor recuperável

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados podem ser diferentes.

n.2) Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

n.3) Arrendamentos

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão. A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão.

A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento.

A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia.

n.4) Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

n.5) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.23	31.12.22
Aplicações financeiras	58.835	56.734
Caixa e bancos	286	110
Total	**59.121**	**56.844**

As aplicações financeiras são compostas principalmente por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, portanto classificados como caixa e equivalentes de caixa. As receitas geradas por estas aplicações financeiras são registradas como receitas financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração média destas aplicações financeiras correspondia a 100,38% do CDI (99,41% em 31 de dezembro de 2022).

5. CONTAS A RECEBER

	31.12.23	31.12.22
Serviços a clientes

Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

CNPJ nº 35.473.014/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

b) Movimentação e composição de Arrendamentos (Direito de Uso)

Movimentação	**31.12.23**	**31.12.22**
Saldo no início do exercício	**8.059**	**4.450**
Ingressos	5.585	13.273
Depreciação	(11.120)	(9.664)
Saldo no final do exercício	**2.524**	**8.059**
Composição		
Custo	23.712	18.127
Depreciação acumulada	(21.188)	(10.068)
Total	**2.524**	**8.059**

10. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	31.12.23	**31.12.22**
Encargos e benefícios sociais	9.514	7.739
Participação de empregados nos resultados	7.238	6.085
Planos de remuneração em ações (nota 19)	1.207	338
Salários e remunerações	-	8
Total	**17.959**	**14.170**
Circulante	17.841	13.866
Não circulante	118	304

11. FORNECEDORES

	31.12.23	**31.12.22**
Fornecedores diversos (Opex, Capex e Serviços) - Terceiros	167.049	137.119
Fornecedores - Partes relacionadas (nota 21)	55.139	22.036
Total	**222.188**	**159.155**

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31.12.23	**31.12.22**
PIS e COFINS	12.441	7.346
ISS	4.597	2.660
Outros tributos sobre importação	9.450	5.086
Total	**26.488**	**15.092**

13. ARRENDAMENTOS

A Companhia atua como arrendatária de contrato de arrendamento de imóvel.

A taxa média anual ponderada dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023 é de 13,39%, com prazo médio de vencimento de 2,58 anos (taxa média anual ponderada de 14,33% e prazo médio de vencimento de 1,02 anos em 31 de dezembro de 2022).

A seguir, apresentamos os saldos e o cronograma dos arrendamentos a pagar.

	31.12.23	**31.12.22**
Valor nominal a pagar	14.031	20.758
Despesa financeira não realizada	(438)	(1.359)
Valor presente a pagar	**13.593**	**19.399**
Circulante	11.848	17.194
Não circulante	1.745	2.205

A seguir, apresentamos o *aging* dos saldos dos valores de arrendamentos a pagar:

Ano	**R$ mil**
2024	11.848
2025	1.007
2026	738
Total	**13.593**

A seguir, apresentamos a movimentação dos saldos dos valores de arrendamentos a pagar:

	31.12.23	**31.12.22**
Saldo no início do exercício	**19.399**	**4.354**
Ingressos	5.585	13.273
Encargos financeiros (nota 18)	714	2.648
Pagamentos - principal	(12.074)	(538)
Pagamentos - encargos	(31)	(338)
Saldo no final do exercício	**13.593**	**19.399**

14. RECEITAS DIFERIDAS

São os passivos contratuais com clientes, decorrentes da comercialização de licenças de *software* de serviços de *cloud computing*, sendo diferidos ao resultado na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que são satisfeitas ao longo do tempo.

Os saldos desta rubrica em 31 de dezembro de 2023 e 2022 eram de R$186.817 e R$128.585, respectivamente.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado era de R$104.000, representado por 510.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, sendo 255.051 ações ordinárias de titularidade da Telefônica Brasil e 254.949 ações ordinárias de titularidade da TC&CT.

b) Capital social a integralizar

Em 2 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Telefônica Brasil aprovou a celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão da Companhia, para a Telefónica Cybersecurity & Cloud Tech, S.L. ("TC&CT"), que em 2 de agosto de 2021 era controlada direta da Telefónica S.A. ("Operação").

A Operação previa que a TC&CT tinha a obrigação de integralizar o montante de R$51.000, em decorrência da emissão de 190.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Cloud Co Brasil.

A TC&CT efetuou os aportes em recursos de R$31.000 e R$20.000 em 19 de janeiro de 2022 e 19 de janeiro de 2023, respectivamente. Com estes aportes, a TC&CT, finalizou o processo de integralização de capital.

c) Reserva de capital

Refere-se ao ajuste a valor presente dos valores a receber pela Companhia, decorrente da celebração do Contrato de Compra e Venda e Subscrição de Ações, por meio do qual alienou parte das ações de sua titularidade e de emissão da Companhia, para a TC&CT.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	**2022**
Receita operacional bruta	**1.092.373**	**725.649**
Serviços	1.092.373	725.649
Deduções da receita operacional bruta	**(122.546)**	**(80.445)**
Tributos (PIS, COFINS e ISS)	(122.482)	(80.445)
Descontos concedidos	(64)	-
Receita operacional líquida	**969.827**	**645.204**

17. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2023	**2022**
Serviços de terceiros e outros custos e despesas	(850.127)	(590.678)
Pessoal	(102.245)	(80.389)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber (nota 5)	(8.793)	(15.205)
Depreciação e amortização (1)	(13.629)	(10.367)
Aluguéis e seguros	(1.264)	(1.161)
Total	**(976.058)**	**(697.800)**
Custo dos serviços prestados	(933.494)	(650.304)
Despesas com comercialização	(32.854)	(34.936)
Despesas gerais e administrativas	(9.710)	(12.560)
Total	**(976.058)**	**(697.800)**

(1) Inclui R$11.120 e R$9.664, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, referente à depreciação de arrendamentos.

18. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	2023	**2022**
Receitas Financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	7.777	8.518
Receitas com variações cambiais e monetárias	882	2.284
Ganhos com operações com derivativos	250	-
Juros ativos e outras receitas financeiras	2.458	1.834
Total	**11.367**	**12.636**
Despesas Financeiras		
Encargos de arrendamentos (nota 13)	(714)	(2.648)
Perdas com operações com derivativos	(21)	-
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(971)	(1.744)
Juros passivos e outras despesas financeiras	(2.793)	(3.526)
Total	**(4.499)**	**(7.918)**
Resultado financeiro, líquido	**6.868**	**4.718**

19. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora indireta da Companhia, Telefónica S.A. ("Telefónica"), mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações (*Talent for the Future Share Plan* ("TFSP") e *Performance Share Plan* ("PSP"), os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Companhia.

A entrega das ações está condicionada a: (i) manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo; e (ii) ao atingimento de resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano.

O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré-definido, ao atingimento do FCF (*Free Cash Flow*) do Grupo Telefónica e a neutralização e redução de emissões de CO2 (a partir do Ciclo de 2021).

Em 31 de dezembro de 2023 o valor da cotação das ações da Telefónica era de 3,5340 euros.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2023 estão detalhados a seguir:

• *Talent for the Future Share Plan* ("TFSP"), para seus Gerentes Sênior, Gerentes e Especialistas, em nível global:

Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023) com 1 executivo ativo, tendo o direito potencial de receber 1.500 ações da Telefónica.

• *Performance Share Plan* ("PSP"), para seus Vice-Presidentes e Diretores em nível global:

Ciclo 2020-2022 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 3.611 ações da Telefónica.

Ciclo 2021-2023 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 6.252 ações da Telefónica.

Ciclo 2022-2024 (1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024): com 1 executivo ativo da Companhia, tendo o direito potencial de receber 10.231 ações da Telefónica.

• Plano Global de Compra Incentivada de Ações da Telefónica: Plano 100

Os empregados inscritos no plano podem adquirir ações da Telefónica mediante contribuições mensais de 25 euros até 150 euros (ou o equivalente em moeda local), descontadas em folha de pagamento, mensalmente com um valor máximo de 1.800 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra).

Os seis meses seguintes ao período de compra são o período de retenção das ações compradas. Ao final desse período serão entregues ações adicionais, ou seja, a cada uma ação comprada pelo colaborador, será concedida uma ação gratuita.

O ciclo deste plano tem vigência de 1º de setembro de 2022 a 31 de março de 2024.

A entrega de ações ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) a permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas; e (ii) o número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito depende do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo Telefónica, que tenham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais seis meses depois do fim do período de compra, terão direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tenham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

Para comemorar o 100º aniversário da constituição da Telefónica (19 de abril de 2024), além das Ações Adicionais, cada um dos partícipes poderá receber gratuitamente 100 Ações de Comemoração da Telefónica ("as Ações de Comemoração").

A entrega de ações de comemoração ocorrerá após o período de aquisição de direito do plano, após 31 de março de 2024, e está condicionada a: (i) que o empregado inscrito no plano faça as contribuições, independentemente do valor de tal contribuição, durante os doze (12) meses de duração do Período de Compra sem interrupção; (ii) que mantenha as Ações Adquiridas depositadas na Conta de Valores até a Data de Consolidação; e (iii) que o empregado inscrito no plano continue prestando serviços para o Grupo até a Data de Consolidação (primeiro dia após o término do período de manutenção sendo 31 de março de 2024).

As despesas da Companhia com os planos de remuneração baseados em ações descritos a seguir, quando aplicável, são registradas como gastos com pessoal, segregados nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 17).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos consolidados do passivo dos planos de remuneração em ações eram de R$1.207 e R$338, respectivamente, incluindo tributos.

20. PLANO DE PREVIDÊNCIA E OUTROS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina em conjunto com outras Companhias do grupo, com os devidos tipos de benefícios.

Plano	**Tipo**	**Administrador**
Assistência médica - Lei 9.656/98	Benefício Definido (BD)	Telefônica Brasil
Visão Telefônica e Visão Multi	Contribuição Definida (CD) / Híbrido	VisãoPrev

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos do plano Visão (planos Visão Telefônica e Visão Multi que, por similaridade, são demonstrados aqui em conjunto sob a denominação única de plano Visão) é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LTN's, Operações compromissadas, CDB's, debêntures, letras financeiras e cotas FIDC) e investimentos em renda variável (investimentos em cotas de fundos de ações e índices de mercado).

Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos do plano Visão estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

A administradora do plano de benefícios Visão patrocinado pela Companhia (VisãoPrev) procura efetuar casamento dos fluxos de ativos e passivos por meio da aquisição de títulos de renda fixa e outros ativos de longo prazo.

Os ativos do plano estão posicionados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, sendo que o rateio dos ativos do plano foi efetuado com base no passivo atuarial da Companhia em relação ao passivo atuarial total do plano.

Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

A seguir, apresentamos informações resumidas dos planos Visão e Assistência médica - Lei 9.656/98.

a) Plano de Previdência Pós-Emprego: Plano Visão

A avaliação atuarial efetuada para o plano de previdência pós-emprego, o plano Visão, utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de julho de 2023, projetado para 31 de dezembro de 2023 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022.

A Companhia patrocina, juntamente com outras patrocinadoras, plano de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (plano híbrido) de benefícios previdenciários administrados pela VisãoPrev, o plano Visão, o qual possuía 99 participantes ativos em 31 de dezembro de 2023 (78 participantes ativos em 31 de dezembro de 2022), tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado.

O plano é viabilizado através de contribuições efetuadas pelos participantes e pelas patrocinadoras, creditadas em contas individuais. A Companhia é responsável, juntamente com outras patrocinadoras, pelo custeio de todas as despesas administrativas e de manutenção do plano, inclusive pelos riscos de morte e invalidez dos participantes.

As contribuições ao plano Visão são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: Super Conservador, Conservador, Moderado, Agressivo e Agressivo Renda Fixa Longo Prazo.

b) Plano de Benefícios de Saúde Pós-Emprego: Plano de assistência médica - Lei 9.656/98

A avaliação atuarial efetuada para o plano de saúde Lei 9.656/98, o qual possuía 123 participantes ativos em 31 de dezembro de 2023 (23 participantes ativos em 31 de dezembro de 2022), utilizou o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2023, projetado para 31 de dezembro de 2023 e o cadastro dos participantes com data base de 31 de agosto de 2022, projetado para 31 de dezembro de 2022.

Em atendimento à Lei 9.656/98, a Companhia administra e patrocina, juntamente com outras empresas do grupo, plano de assistência médica aos aposentados e desligados que efetuam contribuição fixa para o plano. Conforme previsão dos artigos 30 e 31 da referida Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tinha direito enquanto empregado ativo. Os participantes em fase de benefício são classificados em aposentados e seus dependentes e demitidos e seus dependentes.

Os aposentados e demitidos, para manutenção de seus direitos aos benefícios, deverão efetuar contribuições ao plano de acordo com as tabelas de contribuição por faixa etária determinadas pelas operadoras e/ou seguradoras.

A seguir, apresentamos o passivo atuarial dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego:

Conciliação dos passivos (ativos), líquidos

	Passivos (ativos), líquidos em 31.12.23			**Passivos (ativos), líquidos em 31.12.22**		
	Visão	**Assistência médica - Lei 9.656/98**	**Total**	**Visão**	**Assistência médica - Lei 9.656/98**	**Total**
Valor presente de obrigação por benefício definido	159	6	165	115	74	189
Valor justo dos ativos dos planos	(220)	-	(220)	(158)	-	(158)
Passivo não circulante	**(61)**	**6**	**(55)**	**(43)**	**74**	**31**
Limitador dos ativos	55	-	55	56	-	56
Ativo não circulante (Outros ativos)	**(16)**	**-**	**(16)**	**-**	**-**	**-**
Passivo não circulante (Outros passivos)	**10**	**6**	**16**	**13**	**74**	**87**

Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	2023			**2022**		
	Visão	**Planos de benefícios de saúde pós-emprego**	**Total**	**Visão**	**Planos de benefícios de saúde pós-emprego**	**Total**
Ganhos atuariais	(20)	(84)	**(104)**	(23)	74	**51**
Efeito limitador	(6)	-	**(6)**	27	-	**27**
Total	**(26)**	**(84)**	**(110)**	**4**	**74**	**78**

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, com partes relacionadas decorrem de transações com Companhias relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços de mercado e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

a) Repasses a serem recebidos por serviços prestados pela subsidiária incluídos na fatura da TBrasil.
b) Juros sobre os valores a receber da TC&CT (nota 1.a).
c) Serviço prestado de suporte técnico data center.
d) Cost sharing agreement, reembolso a ser pago referente a gastos relacionados ao negócio digital.
e) Contratação de locação e manutenção de equipamentos.
f) Serviços corporativos repassados pelo custo efetivamente incorrido.
g) Manutenção e desenvolvimento de sistemas.
h) Licença de sistema de software.
i) Contratos de cessão de direito de uso de equipamentos.

Conforme descrito na nota 20, a Companhia é patrocinadora de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev.

A seguir, apresentamos um sumário dos saldos com partes relacionadas:

2023

		Balanço Patrimonial				**Demonstração do Resultado**		
Empresas	**Natureza da transação**	**Contas a receber**	**Créditos com partes relacionadas**	**Fornecedores**	**Obrigações com partes relacionadas passivos e arrendamentos**	**Receita Operacional**	**Custos, despesas e outras receitas (despesas)**	**Resultado financeiro**
Telefônica Brasil	a) / d) / e) / f) / g) / h) / i)	29.632	256	29.601	11.212	52.823	(24.057)	(156)
Telefónica Global Solutions S.L.	c) / h)	3.475	-	20.763	-	5.937	(23.071)	(378)
Telefonica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil	c)	88	-	339	-	50	(625)	-
Telefonica Infraestrutura e Segurança Brasil	f) / g) / h) / i)	194	221	758	-	596	-	-
Telefónica Cybersecurity & Cloud Tech	b) / d)	-	-	2.340	-	-	(3.772)	216
Outras		751	-	1.338	-	710	(1.308)	1
Total		**34.140**	**477**	**55.139**	**11.212**	**60.116**	**(52.833)**	**(317)**
Arrendamentos					10.950			
Obrigações com partes relacionadas					262			
Total					**11.212**			

2022

		Balanço Patrimonial				**Demonstração do Resultado**		
Empresas	**Natureza da transação**	**Contas a receber**	**Créditos com partes relacionadas**	**Fornecedores**	**Obrigações com partes relacionadas passivos e arrendamentos**	**Receita Operacional**	**Custos, despesas e outras receitas (despesas)**	**Resultado financeiro**
Telefônica Brasil	a) / d) / e) / f) / g) / h) / i)	14.163	23	19.439	16.290	41.985	(17.748)	(2.268)
Telefónica Global Solutions S.L.	c) / h)	4.869	-	-	-	8.931	(1)	(323)
Telefonica Cibersegurança e Tecnologia do Brasil	c)	3.822	-	-	-	1.401	(544)	-
Telefonica Infraestrutura e Segurança Brasil	f) / g) / h) / i)	60	221	-	-	506	40	-
Telefónica Cybersecurity & Cloud Tech	b) / d)	-	2.989	2.388	-	-	(5.116)	1.581
Outras		-	-	209	-	12	(277)	-
Total		**22.914**	**3.233**	**22.036**	**16.290**	**52.835**	**(23.646)**	**(1.010)**
Arrendamentos					16.267			
Obrigações com partes relacionadas					23			
Total					**16.290**			

O pessoal-chave da Administração inclui os administradores da Companhia, os quais são remunerados pela controladora direta por suas atividades realizadas para todo o Grupo Telefónica.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia avaliou seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A seguir, apresentamos a composição dos ativos e passivos financeiros a custo amortizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	31.12.23		**31.12.22**	
	Saldo contábil	**Valor justo**	**Saldo contábil**	**Valor justo**
Ativos Financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	59.121	59.121	56.844	56.844
Contas a receber (nota 5)	173.389	173.389	113.429	113.429
Instrumentos financeiros derivativos	229	229	-	-
Créditos com partes relacionadas (nota 21)	477	477	3.233	3.233
Total de ativos financeiros	**233.216**	**233.216**	**173.506**	**173.506**
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores (nota 11)	222.188	222.188	159.155	159.155
Arrendamentos (nota 13)	13.593	13.593	19.399	19.399
Obrigações com partes relacionadas (nota 21)	262	262	23	23
Total de passivos financeiros	**236.043**	**236.043**	**178.577**	**178.577**

Política de gestão de riscos

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

a) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A pulverização de sua carteira de recebíveis, para os clientes não grupo, a seletividade de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber. Adicionalmente, para os clientes do grupo, não existem expectativas de inadimplência.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de baixo risco.

A Companhia investe o excesso de disponibilidade de R$58.835 e R$56.734 em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

b) Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia não se preocupa em manter um *rating* de crédito considerável perante as instituições financeiras, uma vez que os empréstimos são mantidos apenas com partes relacionadas.

A Empresa administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização/liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pela Administração da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d) Seguros (Não auditado)

A política da Telefônica Brasil e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica.

Em 31 de dezembro de 2023, os limites máximos de indenização para a Companhia (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Telefônica Brasil) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros eram de R$66 milhões para riscos operacionais (com lucros cessantes).

DIRETORIA

Alex Martins Salgado
Diretor Presidente

Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira
Diretor Jurídico

Carlos Cesar Mazur
Contador - CRC 1PR028067

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2023"), bem como da Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2023 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Companhia e pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes opinam, por unanimidade, favoravelmente, a tais documentos, e determinam o seu encaminhamento para aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Santana de Parnaíba, 25 de abril de 2024.

Alex Martins Salgado
Presidente do Conselho de Administração

David Melcon Sanchez Friera
Membro do Conselho de Administração

Debora Heredia Ignacio Bortolasi
Membro do Conselho de Administração

Maria Jesus Almazor Marsal
Membro do Conselho de Administração

Pablo Eguirón Vidarte
Membro do Conselho de Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Telefônica Cloud e Tecnologia do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador
CRC 1DF012332/O-2